



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. DORETO CAMPANARI)

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º _____

Define as pessoas reconhecidamente pobres, nos termos do artigo 5º, inciso LXXVI, da Constituição Federal.

DESPACHO: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AO ARQUIVO em 19 de dezembro de 1988

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em 19

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19

O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 1.428 DE 1988

SINOPSE

Projeto n.º _____ de _____ de _____ de 19 _____

Ementa: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19 _____

Sancionado em _____ de _____ de 19 _____

Promulgado em _____ de _____ de 19 _____

Vetado em _____ de _____ de 19 _____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19 _____

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 1.428, DE 1988
(DO SR. DORETO CAMPANARI)



Define as pessoas reconhecidamente pobres, nos termos do artigo 5º, inciso LXXVI, da Constituição Federal.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Comissão de Constituição e
Justiça - em 14/12-88
Parecer

PROJETO DE LEI Nº 1428/88

"Define as pessoas reconhecidas
te pobres, nos termos do artº 5º, inciso
LXXVI, da Constituição Federal".

Do Deputado Doreto Campanari

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º Para efeito de registro civil de
nascimento e certidão de óbito, são consideradas pobres, bene-
ficiando-se da gratuidade desses atos:

- I - os que recebam até um salário mínimo;
- II - as pessoas desempregadas ou que este-
jam na situação de dependentes de mem-
bros de sua família;
- III - os incapacitados de ganhar o próprio
sustento;
- IV - os que recebam pensão previdenciária
até um salário mínimo;



V - os que tenham essa condição reconhecida pelo juiz da Comarca, a requerimento ou de ofício.

Parágrafo único. Não se contam entre os indicados no item II os filhos de família que ganhe mais de três salários mínimos mensais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A Ç ã O

A expressão "pobres na forma da lei" é tradicionalmente usada em nosso direito positivo, ficando a definição praticamente a cargo das autoridades judiciais ou mesmo policiais, aceitando-se atestados de pobreza de outras autoridades.

Parece-nos mais conveniente definir, de maneira objetiva, em que consiste esse estado, para evitar abusos prejudiciais aos serventuários da Justiça, que também vivem de certidões e atestados.

Sala das Sessões, 13. XII. 88

[Assinatura de Doreto Campanari]
DEPUTADO DORETO CAMPANARI



CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

Título II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Capítulo I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXVI — são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

- a) o registro civil de nascimento;
- b) a certidão de óbito;

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.
